



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

PENSAMENTO CONSERVADOR COMO OBSTÁCULO PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO

Alexandre Buccini - UNCUYO

RESUMO

Objetivo: Promover uma reflexão sobre a relação negativa entre o pensamento conservador e o pleno desenvolvimento, objetivo maior da educação. **Método:** Revisão de literatura e análise crítica. **Resultados:** a educação, em todos os níveis, no Brasil passou por períodos iniciais onde era elitizada, reservada à nobreza, à realeza e às famílias abastadas, além de servir como instrumento de dominação e controle. Em seguida foi utilizada para interesses políticos e passou por uma ditadura militar de mais de 20 anos. Somente nas últimas décadas conseguiu evoluir o suficiente para chegar à formalização de seu objetivo maior: o pleno desenvolvimento. No entanto para atingir esse objetivo as condições propícias devem estar presentes, assim como alguns requisitos devem ser cumpridos, ao mesmo tempo fatores negativos e impeditivos devem estar eliminados ou controlados. Um desses fatores é o pensamento conservador. A Universidade tem muito a contribuir neste processo, de dentro para fora e em si mesma.

Palavras-chave: Educação, pleno desenvolvimento, pensamento conservador.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil permaneceu por muito tempo como algo elitizado, para a realeza, a nobreza e as famílias mais abastadas. Ao mesmo tempo, foi utilizada pela igreja e pelas classes dominantes para seus interesses, como a catequese e a formação básica de profissionais necessários, como carpinteiros, tecelões, ferreiros e outros. Não obstante foi também utilizada como instrumento de opressão e controle, mantendo excluídos os escravos, os índios e os pobres. Tal quadro não se conteve apenas nos campos da educação (hoje) denominada básica, a Universidade também, em seus momentos iniciais, serviu a reprodução social das elites agrárias brasileiras, substituindo em parte a exportação de estudantes de nível superior para educandos que deveriam ser formados aqui, vide a fundação da “Faculdade de Direito do Largo São Francisco”, em São Paulo.

Depois de um longo período em que atendeu a interesses políticos, eleitores e até foi submetida a mais de 20 anos de ditadura militar a educação brasileira finalmente chegou a um patamar de maior evolução, atendendo a teorias de desenvolvimento psicológico, pedagogia, direitos fundamentais e um arcabouço acumulado das ciências sociais que inclui o holismo e a verdadeira autonomia universitária. A educação finalmente chegou a ter seu objetivo maior declarado formalmente na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) sob a expressão “pleno desenvolvimento”.

No entanto para se obter efetivamente o pleno desenvolvimento dos educandos é preciso que diversas condições estejam presentes, que certos requisitos sejam cumpridos e especialmente que certos fatores negativos ou dificultadores sejam eliminados ou pelo menos controlados. Um desses fatores o pensamento conservador e o objetivo do presente estudo é promover uma reflexão sobre como ele se relaciona negativamente com o pleno desenvolvimento.

2 PLENO DESENVOLVIMENTO

2.1 A evolução pré-pleno desenvolvimento

Durante a grande maioria das eras passadas a educação no Brasil não era considerada importante para as classes socioeconômicas menos favorecidas, tendo sido vista como uma necessidade apenas da realeza, e das famílias mais abastadas ou detentoras de títulos nobres. Segundo autores como Cerutti e Sousa (2006), Pinheiro (2007), Silva (2010) e Cunha e Regattieri (2008), seja na era colonial (1500-1808), durante o principado (1808-1822), durante a era imperial (1822-1889) ou no início da república a partir de 1889 a educação era uma ferramenta para atender o interesse da igreja e as classes dominantes. A primeira



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

utilizava apenas a educação necessária para disseminar a catequese e a segunda buscava formar pequenos grupos de profissionais especialistas para atender suas necessidades, como tecelões, carpinteiros, ferreiros e sapateiros entre outros. A própria língua portuguesa funcionava como instrumento de opressão e controle, para excluir plebeus, índios, escravos e pobres. Essa práxis teve seu ápice em 1872 quando um recenseamento nacional mostrou que 82,3% dos sujeitos com mais de 5 anos de idade eram analfabetos. Esse número permaneceu até depois da proclamação da república.

Segundo Nosella (1996), Buffa (1996), Sousa e Cardoso (2006), Espíndola (2006), Pinheiro (2007) e Cunha e Regattieri (2008) nas décadas seguintes ocorreram transformações, mas de uma forma lenta, obscura e problemática. O Brasil foi mudando gradualmente de extrativista para industrialista, o estado assumiu a postura laica (pelo menos em teoria), a escravidão foi abolida e assim emergiu a necessidade de universalizar a cidadania. Já estavam aqui instaladas a “Faculdade de Medicina da Bahia” (1808), a “Faculdade de Direito do Largo São Francisco” (1827) e a “Faculdade de Direito de Olinda” (1828), entre outros cursos superiores, voltados às elites agrárias e à manutenção do “*Status Quo*”. A política passou a necessitar de escolas para formar professores e mestres, tendo sido eleito o modelo de escola normal, um outro modelo elitista que permanece até a atualidade em alguns lugares. O índice de analfabetismo caiu para cerca de 50% da população, mas as classes menos favorecidas continuavam social e politicamente excluídas, os analfabetos não tinham sequer direito ao voto. Mais a frente o Brasil atravessou um período de regime populista que supostamente combatia o elitismo oferecendo a todos educação, mas uma educação apenas voltada para o trabalho, para a formação de mão-de-obra. Até 1964 começaram a surgir e afetar positivamente a pedagogia e a educação em geral os trabalhos de grandes pedagogos, com destaque para Paulo Freire no Brasil, cuja influência desencadeou diversos programas educacionais de excelente qualidade, mas com o início da ditadura militar que se estendeu por mais de 20 anos até 1985 praticamente tudo foi cancelado, suspenso e censurado em nome de uma suposta segurança nacional.

É a partir do final da década de 1980 e especialmente no início da década de 1990 que a educação no Brasil começou a tomar rumos mais comprometidos com a educação em si, deixando gradualmente de ser mera ferramenta de interesse de outros agentes. Segundo Cunha e Regattieri (2008) foi nessa época que ocorreram importantes conferências internacionais sobre educação, sobretudo na Organização das Nações Unidas, emergiram os conceitos de cidadania, de direitos humanos, de igualdade de gêneros, de direitos fundamentais, de uma nova constituição e especialmente, um resgate das ciências humanas, da pedagogia desenvolvida pelos grandes teóricos das décadas passadas.

2.2 A oficialização do pleno desenvolvimento como objetivo maior da educação



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

De acordo com La Taille et al. (1992), Ramozzi-Chiarotino (1998), Brasil (1996), Abreu et al. (2000) e Araújo (2002) o foco da educação foi gradualmente se deslocando dos interesses externos para o sujeito em si. Teóricos como Freire, Piaget, Vygotsky, Wallon, McClelland e outros contribuíram com a teoria da educação, mostrando como se dá o desenvolvimento e o aprendizado do ser humano, como é sua estrutura neurológica, mental, social, e afetiva. Mas ao mesmo tempo, os interesses do modo de produção capitalista, apontavam para a formação de indivíduos do tipo “mão de obra”, ou seja, com a capacitação profissional para o trabalho, e preferivelmente apenas com ela, daí o desenvolvido de Faculdades de Tecnologia, Escolas Técnicas e mesmo nos cursos de bacharelado nas faculdades e universidades, salta-se um tecnicismo, relegando ao segundo plano o pensamento, o questionamento, e a inovação científica. Afinal, pensar muito poderia levar a questionar o sistema, o salário, as condições de vida, os direitos, e assim por diante.

Uma terceira dimensão percebia a necessidade de preparar efetivamente os sujeitos para o exercício da cidadania, o que de forma contrária, exigia que os indivíduos pensassem o suficiente para lidar com seus direitos e deveres, e soubessem escolher seus candidatos para representá-los politicamente. Essa preocupação com a capacitação para o trabalho e preparo para a cidadania são expressas formalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assim, tal lei tenta conciliar as dimensões e a multiplicidade de interesses e ideologias na educação. Entretanto, o foco para a formação de seres políticos foi sendo acentuado e hoje exerce quase que o predomínio, com enlace das ideias dos pensadores citados no parágrafo anterior.

Em 1996 a nova edição da LDB trouxe um melhor detalhamento dos conceitos envolvidos na ideia de “formação integral”, que passou a ser referida como “pleno desenvolvimento”. Na lei antiga, referia-se a “formação integral” como sendo o objetivo do 2º grau, mas presumia-se que todos, ou pelo menos aqueles que fossem cumprir a lei, soubessem o que era exatamente formação integral, o que não corria de fato. Na LDB atual observa-se uma mudança radical no texto: primeiro, fala de “desenvolvimento pleno”, e diz que é finalidade da educação, e não somente de algum estágio ou nível dela, inclua-se aqui então o nível superior; segundo: além de dizer que deve haver o desenvolvimento pleno, diz logo em seguida e de forma distinta que o aluno deve ser preparado para exercício da cidadania e ter sua qualificação para o trabalho. Essa forma de colocar I - desenvolvimento pleno, II - cidadania e III - qualificação para o trabalho, de forma distinta e separada no texto deixa explicitamente entendido que são três coisas diferentes, ou seja, que uma não implica necessariamente na outra. É possível praticar a cidadania sem ter alguma qualificação para o trabalho, assim como é possível estar muito bem qualificado para um trabalho sem exercer a cidadania, e é possível exercer a cidadania estando qualificado para o trabalho sem ter desenvolvimento pleno. Logo, o desenvolvimento pleno, referido nessa lei, tem que ser algo mais do que a qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Na própria LDB podem-se encontrar indícios do que possa ser esse referido desenvolvimento pleno. O texto lista os princípios que devem nortear o ensino, e se refere às coisas como “igualdade de condições”, “liberdade para aprender, ensinar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, “pluralismo de idéias”, “respeito à liberdade” e “apreço à tolerância”. No artigo 33º é mencionado o “ensino religioso”, e no artigo 36º fala-se de “filosofia” e sociologia. Interpretando a LDB como um todo, não é difícil perceber que ela se refere por “pleno desenvolvimento” ao crescimento do indivíduo enquanto ser humano, em toda sua magnitude, o que é muito mais do que a simples preparação para a cidadania e para o trabalho. É um conceito que engloba a liberdade, a espiritualidade, a tolerância, o saber, o livre pensamento, a consciência crítica, a formação política distinta da política partidária, que se entende por tomada de posições nos grupos sociais (o que vai além da política para a cidadania frente ao Estado), matérias típicas do questionamento filosófico.

2.3 Um novo paradigma desencadeado pelo pleno desenvolvimento

A obtenção do pleno desenvolvimento, ou seja, a forma de se atingir o objetivo maior da educação conforme disposto na LDB é complexa e multifatorial. É preciso que diversos requisitos sejam cumpridos ao mesmo tempo em que um número ainda maior de empecilhos, barreiras, entraves e fatores negativos devem ser eliminados ou controlados. Esses requisitos positivos e fatores negativos estão em praticamente todas as dimensões da educação, na pedagogia, na política, na economia, nas condições físicas e materiais dos estabelecimentos e materiais de educação, e especialmente nos aspectos culturais, tradição, costumes e valores da população.

Segundo Teixeira (2004) o pedagogo Paulo Freire é um exemplo de pensador que sempre a frente de seu tempo já apresentava alguns requisitos pedagógicos necessários para o pleno desenvolvimento mesmo antes que essa expressão integrasse a LDB. A teoria de Paulo Freire diz respeito à abordagem da educação como um todo, provendo uma visão mais abrangente do sentido de integral. É orientada mais para o sujeito do que para o conteúdo, o centro da educação é o indivíduo, suas relações interpessoais, seu estado de elemento ativo na sociedade, sua construção de seu próprio desenvolvimento pessoal e coletivo. Freire se ocupou entre outras coisas em combater o que denominou de “pedagogia bancária”, na qual o indivíduo é visto como uma espécie de “tabula rasa”, um recipiente passivo pronto a acumular o saber passado pelo professor, uma espécie de detentor do saber, das formas tradicionais. O Objetivo maior da teoria de Freire é a conscientização, é o desenvolvimento da capacidade de pensar por si próprio e construir-se, aprender a aprender. O Aluno deve adentrar por si mesmo os acontecimentos da realidade social e suas causas, como a fome, a miséria, a falta de emprego, moradia e trabalho etc.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Para além da teoria de Freire da necessidade de o aluno conhecer por si mesmo a realidade que o cerca e poder tecer sua própria crítica sem uma verdade absoluta ditada, pronta, enlatada, outros fatores se mostraram necessários para o pleno desenvolvimento. Um exemplo pode ser encontrado em Huizinga (1980), Ferreira Neto (1999), Japiassu (2001) e Martins (2004), o lúdico, representado no jogo, na brincadeira, no desafio. O lúdico influencia enormemente o desenvolvimento do aluno. É através do jogo que o educando aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração necessárias para qualquer aprendizado. Neste contexto, poderíamos incluir as formas de expressão artística, tanto na confecção, como na apreciação. Entretanto ainda há educadores que acreditam que brincadeira, jogo, diversão, arte, é algo diferente de aprendizagem, que não podem ocorrer no mesmo momento e contexto. Este é um exemplo de empecilho ao pleno desenvolvimento e neste ponto, um aprofundamento maior sobre as percepções e temores dos educadores no momento da relação com o educando, devem ser mote para novos estudos nos campos da pedagogia no Brasil. Inclusive com o advento dos ciclos de aprovação “automáticos”, como chamam os professores, num lamento eterno, parecendo que a perda “do poder” de senhores do saber e de autoridade, baseada na ameaça da “nota”, tal sensação de “medo” da inovação se acentua.

A pedagogia, a didática, a mentalidade de todos os profissionais envolvidos na educação - desde o mais simples professor até o ministro da educação, a família do estudante e a sociedade em geral também têm importante papel na eliminação ou controle dos fatores negativos que dificultam ou impedem o pleno desenvolvimento. De formas diversas, as características do pensamento dominante em uma sociedade vão acabar integrando a mentalidade dos profissionais da educação, dos materiais didáticos, dos planos pedagógicos e até das políticas de educação, por exemplo, preconceitos, discriminação, racismo, especismo, sexismo, machismo, feminismo, ideologias políticas, conservadorismo e dogmas religiosos entre outros. Algumas dessas características podem ser incompatíveis com o pleno desenvolvimento. Uma delas é o pensamento conservador, uma dimensão do conservadorismo, que será objeto de estudo do próximo capítulo.

3 PENSAMENTO CONSERVADOR

3.1 Caracterização do pensamento conservador



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O pensamento conservador não é um fenômeno fácil de ser definido e caracterizado. Segundo Stelmacki Júnior (2006) uma das principais propriedades do pensamento conservador é a crença de que a sociedade é um organismo complexo e formado por múltiplos agentes que se articulam para proporcionar o bem estar geral e, portanto deve evoluir com cautela, lentamente, evitando rupturas e revoluções. Isso implica em uma tendência para manter inalterados diversos padrões, como o econômico, o social, o legislativo, o religioso, os hábitos e tradições, e assim por diante, até mesmo, em alguns casos – excetuando-se quando ela (a tecnologia) está a serviço de um consumismo -, a inovação tecnológica é olhada com desconfiança. O pensamento conservador é uma cristalização do que já existe e que mesmo diante de indícios de que não vai bem, resiste a mudanças propostas, por mais evidente que seja sua necessidade.

Falando sobre a história do pensamento conservador, Lynch (2008) faz uma referência ao debate político que emergiu na Inglaterra nas décadas de 1710 e 1720, envolvendo conservadores e evolucionistas:

O conservadorismo passou a ser entendido então como a defesa de todos os princípios que colaborariam para a manutenção do tecido social e da sociabilidade, da família e dos valores cristãos – a ordem, a autoridade, os costumes e a tradição (LYNCH, 2008, p. 73)

Para Sousa (2010) o pensamento conservador não é um fenômeno natural inerente ao ser humano ou nascido inevitavelmente de seu intelecto. Trata-se do resultado de uma relação dinâmica envolvendo diferentes atores e interesses divergentes e que ocorreu em um momento histórico determinado, relacionado à Revolução Francesa, ao surgimento e consolidação da burguesia como classe hegemônica. O pensamento conservador teria surgido nessa fase histórica como um movimento de reação à Revolução Francesa.

Este panorama demonstra os principais elementos que contribuíram e legitimaram a luta da burguesia contra o Antigo Regime. Tais fenômenos estão intimamente ligados à emergência do pensamento conservador, pois é na reação do Terceiro Estado, mais especificamente da burguesia, pela conquista dos direitos civis e políticos que se tem uma reação do clero e nobreza. Tal resposta surge para tentar ainda manter os traços destes ameaçados pela nova estrutura econômica e social. (SOUSA, 2010, p. 22)

Já autores como Sousa (2010) acreditam, ao contrário, que o pensamento conservador é simplesmente uma atitude natural que se opõe intimamente à teorias, pois “os conservadores não teorizam as condições concretas em que vivem, porque estão de tal modo ajustados a elas que as aceitam como evidentes e óbvias.” (p.1). Nesse sentido, o pensamento conservador leva ao impulso natural de aceitar o *status quo* de antemão, sem problematizar, como se tratasse de uma ordem natural e adequada do mundo. É uma forma de considerar as



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

coisas banais a ponto de nem merecerem um exame. “Os conservadores temem a mudança, qualquer tipo de mudança, e odeiam a crítica, a filosofia, a cultura, a arte, a ciência e a técnica.” (p.1)

Segundo Silva (2010) o pensamento conservador diz respeito à pretensão de conservar, de manter intacta a situação e a ordem corrente, implicando em rejeitar o novo e o convite à mudança, que são vistos como perigos, como riscos ao estabelecido. Enquanto a modernidade e o pensamento revolucionário, especialmente com a consolidação das ciências sociais aponta para um homem como ser histórico que participa ativamente em sua própria construção e que é capaz de transformar a realidade assim como se adaptar à mudanças, o pensamento conservador parte do pressuposto de que a natureza humana é imutável, e logo o homem não pode evoluir social e politicamente ao longo de sua vida, devendo apenas respeitar uma suposta ordem natural das coisas.

No cerne desta tese conservadora há o pressuposto de que a vida humana está vinculada a desígnios sobre-humanos, uma vontade divina que, em última instância, rege os nossos passos. Diante desta, a ação humana seria impotente. (SILVA, 2010, p. 54)

Para além dessas duas vertentes, ou seja, a de que o pensamento conservado é algo natural e inerente do ser humano e de que ele foi sintetizado como resultado de uma sequência de fenômenos históricos em redor da Revolução Francesa, outros estudos com bases científicas apontam para possibilidade de o pensamento conservador ser apenas uma questão de pouca inteligência. Segundo Pappas (2012) uma pesquisa realizada na Brock University em Ontário, liderada por Gordon Hodson concluiu que as crianças com baixos níveis de inteligência apresentam maior tendência de manter preconceitos como o racismo, quando se tornam adultas. O estudo também apontou que os adultos com baixa inteligência tendem a gravitar ao redor de ideologias conservadoras, apresentando altos níveis de resistência à mudanças.

Se essas três perspectivas parecem cobrir todas as possibilidades do que seria realmente o pensamento conservador, há ainda uma quarta. Trata-se de outra dimensão ainda do pensamento conservador que é dada por Pansardi (2009) descrevendo o trabalho de Russel Kirk:

Ao definir o que significa o pensamento conservador Kirk nega a este o status de ideologia, seu caráter racionalista, não é, tampouco uma teoria social. O conservadorismo é um estado de espírito, um tipo de caráter, um olhar específico sobre a sociedade. Não sendo um conjunto racional de conceitos, ou um conjunto de dogmas como a religião, o conservadorismo é um sentimento, um “adjetivo” que comporta um sem número de variantes e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

interpretações. Um conservador, diria Kirk, é simplesmente uma pessoa que pensa como um conservador. (PANSARDI, 2009, p. 320)

Provavelmente a obra mais conhecida que versa sobre o pensamento conservador é “Os dez princípios conservadores”, escrita por Russel Kirk (KIRK, 2013). Nesta obra o pensamento conservador é sistematizado e disposto didaticamente em dez princípios comentados que o definem da seguinte maneira:

- I. Um conservador crê que existe uma ordem moral duradoura;
- II. O conservador adere ao costume, à convenção e à continuidade;
- III. Os conservadores acreditam no que se poderia chamar de princípio do preestabelecimento;(Coisas estabelecidas por costume)
- IV. Os conservadores são guiados pelo princípio da prudência;
- V. Os conservadores prestam atenção ao princípio da variedade; (um emaranhado de instituições e estilos de vida)
- VI. Os conservadores são refreados pelo princípio da imperfectibilidade; (O homem é imperfeito e não pode criar uma ordem social perfeita).
- VII. Conservadores estão convencidos de que liberdade e propriedade estão intimamente ligadas;
- VIII. Os conservadores promovem comunidades voluntárias, assim como se opõem ao coletivismo involuntário;
- IX. O conservador percebe a necessidade de uma prudente contenção do poder e das paixões humanas;
- X. O pensador conservador compreende que a estabilidade e a mudança devem ser reconhecidas e reconciliadas em uma sociedade robusta.

Mais que comentar cada um dos princípios a própria leitura dos dez em seqüência dá uma idéia consideravelmente abrangente do pensamento de Kirk.

DISCUSSÃO

Uma vez exposto o objetivo maior da educação que é o pleno desenvolvimento do educando enquanto ser humano completo fica evidenciado o obstáculo que pensamento conservador pode representar para se atingir esse objetivo.

O pleno desenvolvimento significa mediar o processo de educação no qual o educando é sujeito ativo facilitando sua tomada de consciência crítica sobre a realidade, sua percepção do que ocorre de fato ao seu redor, sua tomada de decisão e formação de opinião espontânea com base no que observa. O pensamento conservador, por outro lado, tenderá a oferecer uma verdade pronta, sem necessidade de análise crítica, tolhendo essa dimensão do pleno



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

desenvolvimento. Em uma educação assediada pelo pensamento conservador o educando não sairá daí contando o que pesquisou, o que descobriu e a que conclusões chegou, mas simplesmente repetindo supostas verdades prontas, que lhe foram repassadas, com uma crítica igualmente pronta e praticamente incluída no pacote.

No campo universitário, tal tolhimento da pesquisa, da descoberta e da criticidade torna-se catastrófico, pois o corolário máximo da função universitária é, desde a fundação de Bologna 1088, a produção e reflexão sobre novos conhecimentos, sendo a postura conservadora uma barreira à dúvida, à pergunta, ao questionamento, tal como definimos o conservadorismo.

Uma vez que o pensamento conservador ganhe acesso à educação, seja aos atores, aos materiais, à política ou à própria família do educando, ele será exposto aos conceitos mais conservadores, na mesma medida em que, inevitavelmente será afastado de investigações genuínas, de coleta de dados reais e análise dos mesmos por sua iniciativa própria.

O repertório de pensamentos conservadores é amplo e muitas vezes deforma a realidade, além de tolher a possibilidade de o educando investigar e conhecer a realidade por si próprio. A seguir alguns exemplos dados por Coimbra (2013), retirados do cotidiano escolar e outros captados em outros ambientes educacionais de nível superior (graduação e pós graduação em Ciências Humanas):

- O Brasil está à beira do abismo (argumento utilizado para 21 anos de regime de exceção no Brasil).
- O Bolsa Família é esmola usada para manipular os pobres, sobretudo áqueels que têm filhos e se encostam (Implícita a idéia de que os pobres são preguiçosos e os próprios culpados de sua situação).
- O Brasil é subdesenvolvido por conta da colonização portuguesa (como que se “nações superiores” como a Inglaterra não tivessem explorado outros países durante a colonização)
- A situação da criminalidade no Brasil requer mais policiamento e mais penitenciárias. O Brasil tem um governo inchado (Implícita a idéia de que estado bom é estado mínimo).
- As pessoas com deficiência física são muito limitadas e a solução é assistência do governo, elas não devem concorrer com pessoas “normais”;
- O Brasil tem municípios demais (Que sentido haveria em considerar imutável a organização administrativa de um país em que a população se movimenta pelo território, fixando-se em novas regiões?).
- No Brasil há muito pouco racismo e somente contra negros;
- O Judiciário é nosso deus e Joaquim Barbosa, nosso pastor (Os conservadores brasileiros desconfiam da política e têm ojeriza a políticos. Quem mais senão o



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

presidente do Supremo Tribunal Federal encarnaria os “anseios da sociedade contra os políticos corruptos?”);

- A desigualdade social no Brasil é causada principalmente pela existência de muitas pessoas pobres;
- Homossexualidade é uma doença;
- A liberdade de imprensa está ameaçada (Volta e meia, essa idéia é usada pela imprensa conservadora para defender os interesses de um pequeno grupo de corporações de mídia);
- O Brasil virou as costas para seus parceiros internacionais e se aliou aos radicais (De qual país o Brasil se afastou, de fato, nos últimos anos?).

Quando um educando, mesmo os de nível universitário, ao invés de ser exposto a um desses pensamentos prontos é convidado a buscar informações e tecer sua própria crítica, geralmente ele chega a conclusões diferentes destas já estabelecidas. Assim, concebemos que as teses de Marx e de “marxistas” sobre a Ideologia como forma de poder, como nos lembra Lowy (1985), estariam em constante alimentação e “retroalimentação” do sistema vigente, sendo os “clichês” acima, baseados no preconceito e no pensamento unilateralista, que qualquer análise mais isenta, com preceitos científicos ou mesmo filosóficos, derrubariam de maneira simples.

Considerando que o pleno desenvolvimento deve ser o princípio norteador para a formação da sociedade do amanhã, dos profissionais saídos da universidade, dos homens políticos e cidadãos em geral que vão construir o mundo, permitir que o pensamento conservador se infiltre na educação, em qualquer nível ou dimensão dela, significa mudar esse amanhã para pior.

CONCLUSÃO

O pensamento conservador em suas manifestações mais populares pode se infiltrar na educação por intermédio das políticas públicas, políticas educacionais, dos planos pedagógicos, ideologias de manutenção, da mentalidade dos educadores ou mesmo dos materiais didáticos impedindo ou dificultando muito a obtenção do pleno desenvolvimento do educando, que é o objetivo maior da educação nos moldes atuais, em todos os seus níveis.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Sugere-se a realização de estudos para elaborar e testar ferramentas capazes de evitar ou controlar a disseminação do pensamento conservador no ambiente escolar assim como mitigar seus efeitos. Uma possibilidade para tal seria buscar a construção de ferramentas que por intermédio do lúdico e/ou artístico propusessem ao educando buscar por si mesmo os fatos da realidade que o cerca e construir sua própria crítica.

A universidade tem o duplo papel, sob a perspectiva exposta no artigo, de além de promover *em si* os estudos para superação do sistema de pensamento conservador, também promover *para si* as práticas pedagógicas e metodológicas de um ensino com sentido e libertador, com autonomia do pensar, maior forma de fomentação ao saber científico.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

REFERÊNCIAS

ABREU, Ana Rosa; PEREIRA, Maria Cristina Ribeiro; SOARES, Maria Tereza Peres. (Coord.) **Ética**. Ministério da Educação – Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 2000.

ARAÚJO, Ulisses F. **Disciplina, indisciplina e a complexidade do cotidiano escolar**. In: OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denise Trento de.; REGO, Tereza. (orgs.). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. DOU. Brasília, 1996.

BUFFA, Ester. **Sorteio de vagas na escola, mais um tento do populismo pedagógico**. Jornal 1ª Página. São Carlos, 1996. p. 2 – 2.

CERUTTI, Elisabeth; SOUZA, Eunice Terezinha Hemielewski de. **A educação de jovens e adultos: saberes em processo e vivência constituídas pela URI**. Revista Vivências, v.1, nº 3, Out. 2006, p. 67 - 72.

COIMBRA, Marcos. **Pensamento conservador: o decálogo do perfeito idiota da direita**. Conversa Fiada, 2013. Disponível em:
<<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/15/coimbra-decalogo-do-idiota-de-direita/>>. Acesso em: 27/08/2013.

CUNHA, Célio; REGATTIERI, Marilza.(Coord.) **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições de prática**. Brasília: UNESCO, 2008.

ESPÍNDOLA, Célio Alves. **Ressignificando a alfabetização de jovens e adultos no Brasil a partir dos movimentos sociais do campo**. Revista da FAGED, n. 10, Ago. 2006. p. 49 – 59.

FERREIRA NETO, Carlos Alberto. **Motricidade e jogo na infância**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva. 1980.

JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. **Criatividade, criação e apreciação artísticas: a atividade criadora, segundo Vygotsky**. In: VASCONCELOS, Mário (Org.). Criatividade: Psicologia, educação e conhecimento do novo. São Paulo: Moderna, 2001.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

KIRK, Russel. **Dez princípios conservadores**. Tradução de Ivan Cruz, 2013. Disponível em: < <http://10principios.blogspot.com.br/> >. Acesso em: 26/08/2013.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloisa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

LOWY, Michael. **Ideologia e ciência social**. São Paulo: Cortez, 1985.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850)**. Revista Lua Nova. v. 4, n. 74, 2008. p. 59-92.

MARTINS, Marilena Flores. **O Homem Lúdico**. international Association for the Child's Right to Play – IPA. São Paulo, 2004. Disponível em:

<<http://www.humus.com.br/Humusnews11B.html> > Acesso em: 25/08/2013.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Moraes, 1979.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **O pensamento conservador norte-americano na educação: de Russel Kirk a Milton Friedman**. Revista Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional, v. 4, n. 7, Jan. / Jun. 2009. p. 317-332.

PAPAS, Stephanie. **Low IQ & Conservative Beliefs Linked to Prejudice**. LiveScience. 2012. Disponível em: < www.livescience.com/18132-intelligence-social-conservatism-racism.html >. Acesso em: 26/08/2013.

PINHEIRO, Catia Torres. **EJA: uma perspectiva histórica e política**. Cantinho das Letras. 2007. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/621366>>. Acesso em: 25/08/2013.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zelia. **Psicologia e epistemologia genética de Jean Piaget**. São Paulo: EPU. 1988.

SILVA, Antonio Ozaí da. **O pensamento Conservador**. Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n. 107, Abr. 2010, p. 53-55.

SOUSA, Anelissa Prazeres Veloso de; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. **Alfabetização de jovens e adultos em Mato Grosso: aspectos históricos a partir de 1947 a 1990**. Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos – CEREJA. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/anelisa_pv_souza_alfa_jov_adultos_mg.pdf>. Acesso em: 25/08/2013.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

SOUSA, Erika Alves de. **Breves considerações sobre o pensamento conservador e a pós-modernidade**. 56 p. 2010 Monografía (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SOUSA, J Francisco Saraiva de. **Eric Voegelin: Pensamento Conservador**. CyberCultura e Democracia Online. Mar/2010B. Disponível em: <cyberdemocracia.blogspot.com.br/2010/03/eric-coegelin-pensamente-conservador.html>. Acessado em: 25/08/2013.

STELMACKI JUNIOR, Roberto. **Uma análise a respeito do pensamento conservador**. Revista Emancipação, ano 6, n. 1. p. 53-67, 2006.

TEIXEIRA, Raimundo Nonato. **A alfabetização de jovens e adultos: a abordagem de Paulo Freire**. Núcleo de Estudos Pedagógicos Avançados. 2004. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/pesquisa/nepa/3467.doc>>. Acesso em: 25/08/2013.